

OS IFETS E O PROJETO NACIONAL

Eliezer Pacheco*

Ao longo de uma trajetória quase centenária, as instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica têm conseguido manter uma certa identidade e, sobretudo, um padrão de qualidade que as singularizam no contexto da educação pública brasileira.

Essa Rede sobreviveu a investidas pesadas, especialmente durante o período da esmagadora hegemonia neoliberal, que tentou descaracterizá-la e até extingui-la. Entretanto, vivemos hoje um novo período histórico em que as forças progressistas comprometidas com o mundo do trabalho começam a se rearticular e a conquistar vitórias expressivas que nos permitem afirmar o fim do ciclo neoliberal.

O sistema capitalista vem passando por enormes transformações: da decadência do *taylorismo*, do *fordismo* e do *fayolismo* à aceleração do processo de globalização econômica. Tais mudanças têm imposto novos perfis à força de trabalho, porém, os antigos modos de organização industrial e seus modelos econômicos deixaram fortes marcas em nossas escolas. Assim, é significativo que expressões tipicamente empresariais, como, por exemplo, *gerente* e *supervisor*, ainda sejam utilizadas em nossas instituições de ensino. A presença apenas do empresariado e a exclusão dos trabalhadores em seus Conselhos Diretores é outra reminiscência, certamente, inaceitável dentro de um projeto educacional revolucionário, que visa prover os educandos de instrumentos necessários à intervenção na realidade e alteração qualitativa de sua prática social podendo mesmo transformar o sentido dos processos sociais em favor dos interesses dos dominados. Tal exclusividade da representação empresarial em um órgão deliberativo da gestão escolar é especialmente inadmissível em um país em que o Presidente da República é um operário. São, pois, heranças de um passado recente, hoje, completamente anacrônicas.

Tal conjuntura exige de nós sensibilidade política, criatividade e coragem para superar o velho e criar o novo. Não temos de esperar alterações legislativas para inovar. A lei torna-se legítima quando sistematiza realidades objetivas do cotidiano social, refletindo as necessidades da sociedade para a qual foi criada. Ao perder a validade social, seja por não mais corresponder ao momento histórico ou pela artificialidade de sua proposição, torna-se inócua ou, na pior das alternativas, repressora. Assim, devemos ousar em criar novas soluções, validando as normas existentes ou alterando-as em conformidade com um projeto social mais amplo.

Não podemos subestimar o papel da educação nessa fase de incertezas e

possibilidades em aberto. É imperativo compreendê-la como parte fundamental de um projeto nacional.

A importância da educação na vida de cada um é inquestionável. Ela é, ao mesmo tempo, pressuposto para a compreensão das questões sociais e ferramenta capaz de instrumentalizar o indivíduo para o pleno exercício dos direitos civis e políticos, para a intervenção positiva em favor da melhoria dos modos de existir em sociedade, ou seja, a educação perpassa toda a constituição da cidadania. Gandhi afirmava que “Não existe caminho para a paz. A paz é o caminho”. Isto vale para a educação. Ela é o caminho de todos nós e cabe ao poder público garantir que ela seja universalizada, democrática, de qualidade, sintonizada com seu tempo e contemporânea do futuro.

Hoje, superamos a visão *althusseriana* da escola enquanto mero aparelho ideológico do estado, reproduzidor dos valores da classe dominante. Ela reflete em seu interior os interesses contraditórios de uma sociedade de classes. Os protagonistas na tarefa de educar são trabalhadores em educação sem vínculos orgânicos com a capital. Portanto, além do incontestável papel desempenhado pela educação no que diz respeito à inclusão social, nossas tarefas se relacionam também com a disputa ideológica, na disponibilização de informações e elementos de análise que permitam ao educando interpretar essa sociedade e ter condições de exercer sua cidadania na perspectiva de um projeto fundado na justiça e na igualdade.

Nosso Projeto Político-Pedagógico é necessariamente um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana. Tal proposta é incompatível com uma visão conservadora de sociedade.

A equipe dirigente da Setec tem claro o conteúdo político e ideológico de seu trabalho, afirmando permanentemente a possibilidade de transformar a educação em instrumento a serviço da emancipação e da radicalização democrática. Seria supérfluo evocarmos aqui as várias e importantes reflexões do mestre Paulo Freire sobre o tema.

Nesse contexto, a proposta dos **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia** – IFET, ainda em construção, aponta para um novo tipo de instituição identificada e comprometida com o projeto de sociedade em curso no país. Não se trata de algo estranho e à margem do desenvolvimento da institucionalidade da Rede Federal, muito menos de uma ruptura. Ao contrário, é um salto qualitativo em uma caminhada singular, prestes a completar 100 anos.

Ao atuar com a verticalização das ofertas educativas, por meio da construção de

itinerários de formação que permitam a integração do diferentes níveis de educação profissional e tecnológica em seu projeto pedagógico, os IFET necessitarão estar intimamente sintonizados às demandas sociais-econômicas-culturais locais e regionais.

Porquanto, torna-se indissociável dessa proposta de organização institucional a concepção de processos educativos e investigativos que possam gerar e adaptar soluções técnicas e tecnológicas. Nesse sentido, os IFET apresentam-se como algo inteiramente novo na educação brasileira, constituindo-se como espinha dorsal na estruturação de um sistema nacional de educação profissional e tecnológica.

Nessa via, cabe à Rede Federal, ao mesmo tempo em que democratiza e amplia o acesso, incidir sobre as escolas públicas de sua área de atuação, vertebrando o processo de recuperação da qualidade de educação pública nas redes estaduais e municipais, em sua maioria, destroçadas.

Sua atuação é especialmente importante no âmbito da educação profissional técnica de nível médio, que pode contribuir expressivamente para a universalização do ensino médio, bem como para sua ressignificação, por meio de sua oferta na forma integrada. Os IFET poderão, por intermédio de conselhos estaduais e municipais de educação profissional, assumir o protagonismo de uma nova política para o ensino técnico em nosso país, dando-lhe uma diretriz, hoje inexistente. Ao mesmo tempo, podem também influenciar na recuperação da qualidade de toda e qualquer formação de nível médio a partir da compreensão que o trabalho é um aspecto ontológico da vida em sociedade e que mesmo as escolas que não tenham como objetivo a formação técnico-profissional devam preparar para o mundo de trabalho.

Não menos importante é o compromisso com a melhoria da qualidade da educação pública em suas regiões por meio da oferta de licenciaturas nas áreas ligadas as ciências gerais e aplicadas.

Por esta e outras razões temos total concordância com as reflexões do Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica – CONCEFET em sua “Manifestação sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”, quando afirma:

“Assim, a responsabilidade que toma para si no universo da educação na sociedade brasileira, ao definir como meta central o desenvolvimento humano, intrinsecamente vinculado a uma proposta de trabalho enraizada com a realidade, a rede federal de educação tecnológica traz para dentro de seu *lócus* o compromisso com uma população diversificada, em diferentes estágios de formação, com desafios de vida cada vez mais complexos, cidadãos que alimentam expectativas bastante promissoras de vida. Cabe ressaltar, no entanto que, por sua

trajetória histórica, essas instituições possuem uma identidade com as classes menos favorecidas e com um trabalho no sentido da emancipação.”

Da mesma forma temos concordância com os nove pontos considerados relevantes pelos dirigentes dos CEFET para a definição de uma política de implantação dos IFET.

Acredito que temos obtido grandes vitórias para a Educação Profissional e Tecnológica no país nesse período, relativamente curto, em que estamos à frente da Setec.

Isso se deve, em primeiro lugar, à existência de um Projeto Político para a Setec, fundamentado nas concepções da educação integral e politécnica e do trabalho enquanto princípio educativo e no compromisso com a construção de nova sociedade inclusiva, igualitária e democrática. Em segundo lugar, à equipe qualificada e comprometida da Setec, verdadeira construtora dessas vitórias. Em terceiro lugar, à dedicação e comprometimento dos profissionais da Rede Federal. Portanto, os avanços conquistados até agora e os muitos outros que virão são obra coletiva de uma equipe e com ela devem ser partilhados.

Em 1º de setembro completamos 24 meses à frente da Setec. Ao olhar para trás, surpreendemo-nos com a magnitude dos avanços alcançados e isso só comprova a impossibilidade de ser realização de uma só pessoa. Por isso, queremos homenagear a todos aqueles que têm nos ajudado nessa tarefa e construído conosco uma nova história na educação profissional e tecnológica em nosso país.

O que nos move é o compromisso com nosso povo, particularmente, com os historicamente excluídos. Todo o nosso trabalho só adquire sentido como parte de um projeto maior identificado com a liberdade, com a solidariedade e com a igualdade.

Por isso, insistimos tanto na implantação do PROEJA, na integração entre o ensino médio e os cursos técnicos, no diálogo qualificado de nossas escolas com os movimentos sociais para atendimento adequado de suas demandas, na democratização do acesso. É verdade que como agentes públicos temos responsabilidades com toda a sociedade, mas nosso compromisso maior tem de ser com aqueles que foram historicamente aliados das políticas públicas.

A dívida social de nosso país com os que foram excluídos dos direitos mais elementares somente será saldada através da intervenção do Estado por meio de políticas compensatórias que procurem igualar os desiguais naquilo em que as desigualdades constituem injustiças e respeitar suas diferenças naquilo em que a

uniformidade é fator de opressão, ou seja, acolher a igualdade essencial de todos os seres humanos. Trata-se também de empoderar aqueles alijados das esferas de decisões, através do acesso ao conhecimento. Hoje, o poder é exercido por mecanismos em permanente mutação. Foucault nos ensina que o poder não é algo estranho, externo as relações sociais e a cultura. Ele não opera a partir de um lugar único ou de uma estrutura estatal, mas através de mecanismos “que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado em um nível muito mais elementar, cotidiano. Portanto, educar é também aproximar os excluídos do poder.

Os IFET, ao identificar as demandas regionais e apontar políticas para as mesmas a partir de uma perspectiva educativa, darão uma enorme contribuição para o enfrentamento das desigualdades sociais e demarcarão uma trajetória distante do academicismo e do corporativismo.

Esta é uma oportunidade única de construirmos algo diametralmente novo na educação brasileira. Estamos certos de que a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica está a altura desse desafio e responderá positivamente construindo mais um capítulo grandioso de sua história.

No livro do grande escritor moçambicano Mia Couto, “Terra Sonâmbulo”, há uma fala do personagem TUAHIR que diz: “O que faz andar a estrada? É o sonho. Enquanto a gente sonhar a estrada permanecerá viva. É para isto que servem os caminhos, para nos fazerem parentes do futuro. Nós somos aqueles que nunca capitulamos. Nós somos aqueles que sonham. Aqueles que tem a tarefa de construir o futuro”.

**Secretário de Educação Profissional e Tecnológica*